



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 2005

Altera o art. 1º da Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, para estabelecer o prazo mínimo de validade desses documentos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da administração centralizada ou autárquica, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, terão validade mínima de seis meses e deverão ser expedidas no prazo improrrogável de quinze dias, contado do registro do pedido no órgão expedidor.(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A falta de uma lei prevendo, genericamente, prazo mínimo para a validade das certidões vem acarretando, com freqüência, sérios prejuízos para os cidadãos. Em vários casos, o prazo estipulado de validade é tão pequeno que acaba obrigando o interessado a solicitar outras vezes o mesmo documento, sem o qual ele não pode usufruir certos direitos. Esse fato vai de encontro ao propósito buscado pelo mundo moderno, consistente na exigência da menor burocracia possível

e consequente maior simplificação da vida do cidadão perante os órgãos públicos.

O nosso projeto encontra amparo nos princípios constitucionais e se abriga no comando contido na letra b do inciso XXXIV do art. 5º da Constituição, que determina que são assegurados a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

Se o citado preceito da Lei Maior garante o direito de obtenção das certidões, é importante que o dispositivo da lei alterada contenha prazo mínimo de validade do documento, para que o direito assegurado em sede constitucional se torne plenamente viável e eficaz. A própria lei, aliás, exige o prazo improrrogável de quinze dias para a expedição da certidão com vistas, justamente, a fortalecer a prerrogativa que a nossa Carta confere aos indivíduos e que figura como uma das garantias fundamentais. A nossa iniciativa, portanto, tem o condão de colaborar para a plena eficácia do preceito magno, aprimorando o estatuto legal erigido, para dar-lhe a melhor execitoriedade possível.

Ante o exposto, esperamos de nossos ilustres pares a aprovação da presente medida.

Sala das Sessões, 3 de março de 2005. – Valdir Raupp.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.051,DE 18 DE MAIO DE 1995

Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da administração centralizada ou autárquica, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverão ser expedidas no prazo improrrogável de quinze dias, contado do registro do pedido no órgão expedidor.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros

e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 04 - 03 - 2005